

A FORMAÇÃO POLÍTICA PELA SÉTIMA ARTE: O CINEMA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA E DE CIDADANIA NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE UBERLÂNDIA, MG*

Fabiane Santana Previtalli¹

Juliana de Araújo Silva²

Pablo Guilherme Marcelino Pereira³

RESUMO: Este trabalho diz respeito a um projeto de pesquisa e extensão de natureza interdisciplinar que vem sendo desenvolvido no âmbito do Grupo de Pesquisa "Trabalho, Educação e Sociedade", da Universidade Federal de Uberlândia com os movimentos sociais, sindicatos e associações de Uberlândia/MG a partir de 2009. O objetivo é discutir o cinema enquanto constituinte da prática pedagógica. Partimos do pressuposto que o cinema é capaz de propiciar uma reflexão crítica através de sugestões analíticas postas na estrutura narrativa fílmica, o que contribui de forma significativa para o desenvolvimento e o aprimorando do senso crítico que o sujeito social tem de si mesmo e do meio sociocultural e educacional em que vive, aprimorando o exercício da cidadania. Os resultados aqui apresentados são preliminares.

UNITERMOS: Cinema. Educação. Movimentos sociais. Cidadania.

The political formation by seventh art: the cinema as pedagogical and citizenship practice in the Uberlândia's social movements

ABSTRACT: This study concerns a research project and extension of interdisciplinary nature that has been developed under the Research Group "Work, Education and Society", at Universidade Federal de Uberlândia with social movements, syndicates and associations in Uberlândia/MG from 2009. The aim is to discuss cinema as a pedagogical constituent practice. We assume that cinema is able to provide a critical reflection through analytical suggestions included in the movie narrative structure, which contributes significantly to the development and improving the critical sense that social subject has from itself and the socio-cultural and educational life, which contributes to the exercise of citizenship. The results here presented are preliminary.

KEYWORDS: Cinema. Education. Social movements. Citizenship.

* Pesquisa apoiada pela Fapemig (2008-2009) e PROEX/UFU (setembro de 2009 a fevereiro de 2010).

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, professora no Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade, pesquisadora FAPEMIG (fabianesp@netsite.com.br).

² Acadêmica do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista PIEEX/PROEX/UFU (jusociais.ufu@gmail.com).

³ Acadêmico do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista PIEEX/PROEX/UFU (pablogmps@yahoo.com.br).

INTRODUÇÃO

O artigo visa discutir as atividades de pesquisa e extensão de natureza interdisciplinar, envolvendo os Grupos de Pesquisa "Trabalho, Educação e Sociedade" (GPTES/NUPECS) e "Estado e Capitalismo na América Latina (NUPECS)" do Departamento de Ciências Sociais (DECIS), Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais (FAFCS), juntamente com a Linha de Pesquisa: "Políticas Públicas e Educação", do Programa de Pós-graduação em Educação (FACED/UFU).

A partir de encontros e demandas de dirigentes e trabalhadores da base, ligados aos movimentos sociais, entre eles: SINTRAF (Sindicato dos Trabalhadores do Fumo), SINTET - UFU (Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior), STIAU (Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Uberlândia), STRU (Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uberlândia), MLT (Movimento de Luta pela Terra), APPMG (Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais), passamos a desenvolver propostas e ações que visassem à formação política dos envolvidos, à conquista de direitos e ao exercício da cidadania. Partimos do pressuposto que a democracia se faz e se firma com uma sociedade civil organizada, daí a importância dos movimentos sociais organizados como Organizações Não Governamentais (ONGs), associações de classe e sindicatos. Essa organização é fundamental, permitindo não só importantes conquistas trabalhistas, mas, principalmente, o exercício da cidadania para a conquista de direitos.

Assim, a pesquisa visa contribuir para com a tomada de consciência, a organização social e a conquista de direitos humanos na perspectiva da construção de uma sociedade justa e igualitária por meio do cinema como prática pedagógica. Entendemos que esta arte é constituinte da prática pedagógica e buscamos promover uma reflexão crítica por meio de sugestões analíticas postas na estrutura narrativa fílmica, visando contribuir para o aprimoramento do senso crítico que o sujeito social tem de si mesmo e do meio sociocultural e educacional em que vive.

Pautadas pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, as atividades que vem sendo desenvolvidas visam contribuir para o aprimoramento da relação Universidade-Sociedade, aumentando a participação dos docentes e discentes em atividades de extensão e pesquisa por meio de seu envolvimento em ações interdisciplinares que, além de contribuir com a sua formação ampliada, primem pelo rigor científico e pela atuação crítica. Dessa forma, buscamos também construir um espaço de diálogo e experiências de ensino que contribuam para a formação dos discentes em relação às práticas educativas e pedagógicas.

Cidadania e Movimentos Sociais no Brasil: breves considerações

As transformações sociais e econômicas por que vêm passando o Brasil nos últimos quinze anos têm aberto às ciências sociais um amplo campo para explorações de natureza conceitual e empírica. O final da década de 1980 – cujos impasses há muito foram vulgarizados com a denominação “década perdida” – parecia indicar a muitos atores políticos o ponto de partida

para uma fase áurea da sociedade brasileira. Tudo (ou quase tudo) levava a crer que a almejada democratização política abriria o caminho para um esforço geral em direção a um novo ciclo de modernização capaz de realizar o que até então havia sido apenas e tão-somente uma quimera: compatibilizar, de forma duradoura, crescimento econômico e inclusão social, algo jamais visto na história brasileira. Finda a ditadura, varridos do tecido social os resquícios de autoritarismo político, tratava-se de redefinir os rumos do desenvolvimento econômico brasileiro de tal forma a “repartir o bolo” na medida em que (para alguns, até mesmo *antes que*) ele crescesse. Isso implicaria, dentre outras coisas, em gerar empregos (na esteira da retomada do crescimento, que desde o início dos anos 1980 apresentava taxas medíocres) e disseminar o gozo da cidadania plena por muito tempo sufocada nos seus aspectos civis e políticos, além de restrita a uma pequena (para não dizer ínfima) parcela da população.

Como bem sabemos o otimismo generalizado que rondava os prognósticos de alguns dos principais atores políticos ao final da década de 1980 ficaram muito longe de se confirmar na década seguinte. A tão almejada retomada do crescimento econômico revelou-se quase que invariavelmente tímida⁴. Por outro lado, ainda que tenhamos experimentado certa melhora nos índices sociais, talvez não seja um exagero afirmar que a sociedade brasileira permaneceu consideravelmente distante de amenizar os níveis de desigualdade social que lhes são historicamente peculiares⁵. Nem desenvolvimento econômico, nem inclusão social: por um lado, as baixas taxas de crescimento reverberaram na geração de um número de empregos no setor formal muito aquém da quantidade em potencial de pessoas que a cada ano ingressava no mercado de trabalho formal; por outro, a manutenção (ou pouca alteração) dos índices de desigualdade socioeconômica apresentou-se como um obstáculo ao gozo pleno da cidadania por uma parcela significativa da população brasileira, a despeito da consolidação e aprimoramento de uma série de instituições e práticas de democracia política observada ao longo da década de 1990.

É interessante notar que as baixas taxas de crescimento econômico, aliadas à tímida geração de empregos formais, viram-se acompanhadas de uma ampliação sem paralelo do chamado “setor informal da economia⁶. O medo de perder o emprego e de estar desvinculado de uma rede de sociabilidade; a desestabilização e a insegurança, quanto ao futuro mais imediato; e a queda e a instabilidade dos salários e suas consequências sobre o acesso aos bens materiais são os elementos que têm levado à criação e/ou agravamento de situações sociais de exclusão, desigualdade e pobreza, designando o que vem sendo chamado como a “nova

⁴ Mesmo um olhar superficial sobre a performance da economia brasileira ao longo dos anos 1990 é facilmente capaz de demonstrar sua incapacidade para firmar uma trajetória robusta de crescimento. Prevaleceu o que muitos denominam de padrão stop and go (ou, um tanto quanto pejorativamente, de *voo de galinha*): 1990 (-4,35%), 1991 (+1,03%), 1992 (-0,54%), 1993 (+4,92%), 1994 (+5,85%), 1995 (+4,22%), 1996 (+2,66%), 1997 (+3,27%), 1998 (+0,13%), 1999 (+0,79%). Nesse período, a renda per capita passou de US\$ 3,750 em 1990 para US\$ 4,169 em 2000 (referência US\$ de 2005). Fonte: www.ipeadata.gov.br (Acesso em: 03 maio 2007).

⁵ Sintomático desse padrão é a pouca variação do coeficiente GINI entre 1990 (0,614) e 1999 (0,596). Fonte: www.ipeadata.gov.br (Acesso em: 03 maio 2007).

⁶ Vale dizer que a noção de setor *informal* é difundida a partir de um estudo realizado pela OIT no Quênia em 1972. Sob essa perspectiva, o termo visava, grosso modo, indicar as condições e os limites dos estratos mais desfavorecidos da sociedade e desenvolver em torno deles mecanismos de superação. Sendo assim, ela foi proposta para analisar as dificuldades e distorções da incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo em contextos nos quais ele era pouco generalizado (Alves & Tavares, 2006). Neste caso, ela já foi compreendida como um determinado tipo de desenvolvimento, originando a dicotomia moderno-tradicional. Ainda, segundo o relatório da OIT em 1972, o setor informal era tido como economicamente eficiente e produtor de lucros, ainda que fosse: (a) pequeno em escala, (b) limitado por tecnologia simples, (c) limitado por capital reduzido e (d) ausente de ligações com o setor formal (Alves & Tavares, 2006). Se nas décadas de 1960 e 1970 essas definições já se mostravam insuficientes para apreender as diferenças existentes nas atividades econômicas, hoje, frente às modificações ocorridas nas relações de trabalho e no direito do trabalho, seria quase impossível fazer essa distinção tendo como base o que é ou não legal e formal. Quase tudo que antes caracterizava ilegalidade (trabalho sem carteira assinada, jornada de trabalho com duração variável, contrato temporário) não só passou a ser legal como adquiriu legitimidade, dentro do discurso da flexibilização e tendo em vista a suposição de que tais medidas possibilitarão “empregar” mais pessoas (Alves & Tavares, 2006).

era das desigualdades”. Abre-se, dessa maneira, um amplo campo de investigação a respeito dos impactos dessas transformações na estrutura da cidadania no Brasil contemporâneo.

Um aspecto acentuado pela literatura científica a respeito da cidadania no Brasil foi sintetizado pela expressão “cidadania concedida” desenvolvida por Sales (1994)⁷. Conforme a autora, o declínio da sociedade agrária e do coronelismo não teve por implicação um novo tipo de equacionamento da relação público-privado já que a burocracia estatal, por meio de programas de governo assistencialistas, tendeu a reproduzir a porosidade entre os dois âmbitos em benefício da “privatização das relações sociais”. Em tais circunstâncias, a institucionalização de direitos no Brasil configurou aquilo que a autora denomina de “cidadania concedida”: os direitos básicos (de ir e vir, de justiça, à propriedade, ao trabalho) são tidos e vividos como uma dádiva, ou seja, como algo que é concedido em troca de subserviência pessoal. Ao invés de cidadãos detentores de direitos universais, têm-se beneficiários de favores concedidos por intermediários que instrumentalizam o Estado em causa própria. Assim sendo, o caminho da construção da cidadania no Brasil não poderia ser mais tortuoso: “frequentemente começa pela cidadania social via programas sociais de governo” e mantém o Estado como agente fundamental “enquanto provedor de um welfare que, mesmo quando de bem-estar tenha muito pouco e quando assimilado qual dádiva pelas populações beneficiárias, propicia a existência de um contendor para os movimentos populares na luta pelos seus direitos” (SALES, 1994, p. 49-50).

É esse traço que leva Holston e Caldeira (1998) a argumentarem que prevaleceu uma “disjunção” fundamental no processo de implementação da cidadania no Brasil:

Usando a tipologia de T.H. Marshall, tal ‘disjunção’ significa que em comparação com os direitos sociais e políticos, a dimensão civil não foi efetivamente entrelaçada ao tecido da cidadania brasileira. Ao contrário, as proteções e imunidades dos direitos civis [...] são geralmente percebidas e vivenciadas como privilégios elitistas de status social (HOLSTON; CALDEIRA, 1998, p. 276).

Em tais circunstâncias, prevalece a noção segundo a qual o Estado consolidou sua presença na dinâmica social de maneira muito mais intensa que nas “democracias maduras”. A presença do Estado na dinâmica social brasileira começou a mudar de maneira significativa a partir do início dos anos 1980, dentre outras coisas em decorrência das pressões dos próprios movimentos sociais. Tais mudanças tiveram um impacto significativo na reconfiguração do universo da cidadania. As reflexões de Dagnino (2003) parecem-nos emblemáticas desse sentimento:

sob a inspiração neoliberal, a cidadania começou a ser entendida e promovida como mera integração individual ao mercado. Ao mesmo tempo, [...] direitos estabelecidos têm sido crescentemente retirados dos trabalhadores [...]. Paralelamente, projetos filantrópicos do chamado terceiro setor têm se expandido em número e escopo (DAGNINO, 2003, p. 4).

⁷ Em suas reflexões sobre as raízes da desigualdade social na cultura política brasileira, Sales (1994) salienta que o liberalismo dos senhores de terra no Brasil jamais passou de um “privatismo conservador”, em que a dependência pessoal permaneceu elemento crucial para a durabilidade das relações de mando/subserviência.

Segundo Soares (2000), presencia-se no Brasil um processo de “descentralização destrutiva”, isto é, de um lado, o desmonte de políticas sociais existentes - sobretudo aquelas de âmbito nacional - sem deixar nada em substituição e, de outro lado, delega-se aos municípios as competências sem os recursos correspondentes e/ou necessários. Em todos os âmbitos da Política Social – Saúde, Educação, Saneamento Básico – em que essa estratégia de descentralização foi acompanhada por um desmonte, o resultado foi um agravamento da iniquidade na distribuição e oferta de serviços. Para a autora, os municípios que lograram manter uma boa qualidade de serviços básicos sociais, estão tendo, como “prêmio”, a invasão de populações vizinhas onde isso não acontece.

É o caso da cidade de Uberlândia, localizada na região Sudeste, na região do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais, e que vem se tornando extremamente atrativa a partir da década de 1990. Com 500.488 habitantes, em 2000, Uberlândia tornou-se o terceiro município de Minas Gerais, atrás de Belo Horizonte (2.229.697 habitantes) e Contagem (536.408), apenas, pois superou Juiz de Fora em mais de 50.000 pessoas. Seu ritmo de crescimento foi de 6,69% ao ano, na década de 1970, de 3,90% na década seguinte, e de 3,54% entre os anos de 1991 a 2000, ritmo muito mais elevado que a média estadual (1,4% ao ano, entre 1991 e 2000) e a brasileira (1,6% ao ano, no mesmo período). Comparado aos municípios mais importantes de seu entorno, é também o que tem crescido mais rapidamente, distanciando-se progressivamente dos vizinhos. O município de Uberaba é um exemplo claro desse distanciamento: em 1970, foram recenseados na cidade 126,6 mil habitantes, quase 400 a mais que Uberlândia; 30 anos depois, no entanto, abriga não muito mais que a metade da população uberlandense.

O município de Uberlândia apresenta forte atividade econômica nas áreas de agropecuária, comércio e serviços⁸. A cidade se destaca como pólo regional de significativa importância, compreendendo ramos econômicos dinâmicos como de comunicações, indústria de transformação e a agroindústria, geradores de serviços e empregos. No entanto, seu crescimento acelerado acentuou a concentração de renda, a exclusão social e a degradação ambiental.

Segundo estudos realizados no ano de 2001 pelo Instituto de Economia da UFU⁹, a pobreza atinge aproximadamente a 43,30% da população de Uberlândia, sendo que 10,70% são considerados indigentes, isto é, vivem com uma renda média de R\$ 40,48 por mês. Outro aspecto significativo refere-se ao fato de que 40,15% da população possuir apenas o Ensino Fundamental incompleto e 10,22%, o Ensino Médio incompleto.

Além desses dados, no campo socioeconômico, estudo realizado por Gandolfi (2001), constatou que o município apresenta um perfil de emprego similar ao do Brasil, onde imperam baixos salários, ampla difusão do trabalho informal, baixa presença dos jovens no mercado de trabalho, assim como predominância do gênero masculino, principalmente na Indústria de Transformação e Comércio. Uberlândia também apresentou as piores

⁸ Cumpre dizer que Uberlândia ocupa uma posição geográfica estratégica entre as principais capitais do país, o que a torna atrativa para os diversos setores econômicos. Entre esses setores, convém destacar a Souza Cruz, empresa do ramo de cigarros presente em Uberlândia desde 1978, sendo a maior fábrica do ramo em toda a América Latina e a Sadia, empresa do setor de alimentos que instalou uma unidade no município em 1999. Destaca-se também a ACS, do setor de telemarketing que emprega majoritariamente força de trabalho feminina.

⁹ Relatório intitulado “Condições Socioeconômica das Famílias de Uberlândia”, sob a responsabilidade conjunta do NEDRU – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano, do NEST – Núcleo de Estudos de Economia Social e do Trabalho e do CEPES – Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômicos Sociais, do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. O trabalho de coleta de informações desenvolveu-se no período de 9 de abril a 13 de julho de 2001 e teve apoio (transporte e alimentação) da prefeitura do município.

condições de geração de trabalho quando comparado com os indicadores macroeconômicos de outros municípios semelhantes, principalmente naqueles onde há um predomínio de tempo de serviço e escolaridade baixa entre os trabalhadores empregados formalmente.

Nesse sentido, parcelas significativas da população vivem abaixo da linha de pobreza e, portanto, excluídas dos bens econômicos, culturais, científicos e tecnológicos. Essa situação, associada ao desemprego na cidade e na região, contribui não somente para aumentar o percentual de empregos informais e de baixa remuneração, mas para elevar significativamente a exclusão e as desigualdades sociais, bem como os índices de desagregação e de violência familiar e social.

Assim, ações que viabilizem a inclusão social efetiva têm caráter de urgência. E, entre tantos desafios, cresce a necessidade de contribuir com a organização e consolidação de movimentos sociais em âmbito local e regional por meio de ações da elaboração multi e interdisciplinares para a formação política crítica e construção coletiva da cidadania. Assim, as ações extensionistas fundadas no cinema enquanto instrumento pedagógico de formação política e de cidadania têm apresentado resultados significativos.

O cinema como prática pedagógica e formação política

O cinema é uma arte que, por meio de imagens seriais, de um determinado uso do tempo e do espaço, oferece ao espectador, pela visão do cineasta, uma leitura da realidade. Rodrigues (2003), afirma que o cinema apresenta sempre um discurso que almeja necessariamente expressar um sentido a ser encontrado em signos materiais que se manifestam no filme. Tais signos incluem os significantes orais do filme, a linguagem utilizada, assim como os significantes gráficos e artísticos do mesmo. Os significantes se encontram justapostos e articulados de tal maneira que levam o interlocutor a estabelecer diversas relações significativas entre os elos que ligam todos os aspectos do filme. Dessa maneira, o filme exige que o interlocutor se posicione ativamente diante da mensagem que lhe foi transmitida.

Para haver a compreensão plena do filme é fundamental que o espectador esteja livre do que Rodrigues (2003) chama de “barreiras do entendimento”, criadas quando o filme se torna apenas um modo de diversão e não de desenvolvimento crítico. É necessário que o espectador esteja aberto ao entendimento para que possa ser atingido pelas várias possibilidades comunicativas transmitidas pela imagem filmada. Ao contrário do discurso linguístico, o discurso cinematográfico não se utiliza apenas da linguagem, mas também da exposição sucessiva de imagens que se transformam em signos a serem interpretados. É assim que um filme pode sugerir várias interpretações e sensações diferentes a cada vez que é assistido.

A linguagem cinematográfica, particularmente a abordagem que faz de questões relativas às heranças educativas, à cultura e à sociedade, constitui tema de debate entre aqueles que procuram situá-lo entre as ciências humanas, particularmente da educação. Associado ao aspecto realista (cinema documentário), à ficção (surrealista, expressionista) ou ainda a mais recente manifestação do cinema-espetáculo, a chamada sétima arte, assim como a indústria

cinematográfica vêm obtendo cada vez mais destaque entre as manifestações culturais. É nesse sentido que o cinema é constituinte da prática pedagógica, pois possibilita inserir o interlocutor em uma realidade da qual não faz parte, influenciando sua concepção de valores morais e éticos.

Benjamin (1996), afirma que a expressão artística do cinema se caracteriza pela perfectibilidade, pois na produção cinematográfica um indivíduo é capaz de orientar uma montagem perfeitamente adaptável ao que se deseja expressar e perfeitamente adaptável aos objetivos de sua produção. O Cinema Novo, por exemplo, inaugurou no Brasil o comprometimento do cinema com a transformação social e política, buscando mostrar uma realidade que precisava ser modificada com a utilização destacada dos elementos do pensamento marxista como pedagogia (algumas vezes esquemática), muito em voga entre os intelectuais do período. A sua linguagem buscava chamar a atenção do espectador e demonstrar a necessidade de mudança. Esta utilização do cinema vai ao encontro da análise de Benjamin que percebe a mudança do papel da arte, que deixando de ser meramente uma obra, passa a ter uma representatividade política.

Duarte (2002) argumenta que o cinema desenvolve nas pessoas uma “competência de ver”, isto é, uma disposição, valorizada socialmente, para apreciar e interpretar qualquer história contada em linguagem cinematográfica. As relações estabelecidas entre interlocutores e cinema e entre os interlocutores são extremamente educativas, uma vez que o cinema é um espaço que produz relações de sociabilidade. O cinema exerce uma influência significativa sobre as concepções e visões de mundo dos indivíduos, considerando que muitas de suas percepções históricas foram e são marcadas por imagens cinematográficas. Dessa forma, as experiências culturais se associam com a maneira como os sujeitos sociais assistem a filmes, produzindo saberes, crenças e visões de mundo.

Para Moran (2000) o filme é um discurso em que o ver está associado ao falar e ao narrar. A fala aproxima o vídeo do cotidiano dos indivíduos, o narrador organiza logicamente as cenas, e a narração falada une todo o processo. Também Alves e Batista (2006) argumentam nesse sentido e afirmam que o cinema ou o vídeo é um recurso midiático de mais alta relevância na prática política de construção da consciência de classe e da formação humana. Nesse sentido, tornam-se cada vez mais necessárias ações inovadoras na área de educação popular, política e sindical dado que, por meio da arte, os sujeitos sociais podem se libertar da barbárie social, cultivando outras formas de sensibilidade. Assim, a crucial importância do cinema para o campo educacional é o fato de ele ser de natureza pedagógica capaz de produzir saberes. Quando um indivíduo aprende a ver e a apreciar um filme, torna-se capaz de rejeitar o que é grosseiro e vulgar, contribuindo para o aprimoramento de seu senso crítico de si mesmo e do meio sociocultural e educacional em que vive.

A experiência do projeto “A formação política pela sétima arte: o cinema como prática pedagógica e de cidadania nos movimentos sociais de Uberlândia/MG”

A pesquisa que está sendo desenvolvida tem por objetivo apresentar o cinema como “arte total” capaz de propiciar uma forma de experiência crítica diante de problemas fundamentais da modernidade tendo como foco a formação política junto aos movimentos sociais de Uberlândia/MG para a conquista e ampliação de direitos e de cidadania. Partimos do pressuposto de que o cinema

é constituinte da prática pedagógica, buscamos promover uma reflexão crítica através de sugestões analíticas postas na estrutura narrativa fílmica, visando contribuir para o aprimoramento do senso crítico que o sujeito social tem de si mesmo e do meio sociocultural e educacional em que vive.

Objetivamos, portanto, pautados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, desenvolver ações voltadas para a ampliação e qualificação da participação dos sujeitos sociais quanto aos seus direitos em âmbito local e regional, contribuindo, assim, para consolidar a função social da Universidade Pública, fortalecendo a ação transformadora da pesquisa sobre os problemas sociais e estabelecendo uma relação dialógica entre pesquisadores, estudantes e sociedade.

Os objetivos específicos das atividades realizadas são:

- Incentivar e aprimorar a organização dos movimentos sociais, capacitando seus integrantes na prática política de construção da consciência de classe e a conquista de direitos e cidadania nas esferas econômica, política e social em âmbito local e regional;
- Formar lideranças nos movimentos sociais capazes de difundir os conhecimentos adquiridos;
- Capacitar os estudantes no uso didático-pedagógico da linguagem cinematográfica para o exercício de suas atividades como educadores;
- Preparar os estudantes para outras formas de apreensão, construção e entendimento da realidade social por meio da imagem;
- Associar o uso da imagem à discussão da realidade sociocultural e educacional;
- Propiciar instrumentos para a compreensão de diferentes visões de mundo, de grupos e instituições, envolvendo a realidade local, regional, nacional e internacional;
- Produzir, dispor e socializar materiais técnicos e/ou didáticos que agreguem conhecimento técnico-científico e prático à comunidade envolvida.

Cumprindo dizer que a pesquisa está orientada pelo entendimento de que a extensão universitária se constitui uma prática acadêmica inserida no contexto das lutas sociais para a conquista de dignidade, justiça e igualdade social mediante a adoção de processos críticos de construção de conhecimentos e saberes socialmente referenciados. É nesse sentido que consideramos de fundamental importância o desenvolvimento de ações integradas envolvendo a universidade, professores e alunos com a comunidade local, de forma a contribuir a transferência de conhecimento, bem como para o desenvolvimento humano, social, político e cultural de todos os envolvidos.

É imprescindível, para o aprimoramento da relação Universidade-Sociedade, o incremento da participação de professores e estudantes em atividades de extensão e pesquisa por meio de ações interdisciplinares. O desenvolvimento dessas atividades está relacionado com a busca contínua de um incremento das atividades extensão e pesquisa de caráter multidisciplinar e

interdisciplinar, envolvendo estudantes e professores dos cursos de Ciências Sociais e de Educação.

METODOLOGIA

A metodologia e os respectivos procedimentos adotados para a realização da pesquisa estão fundamentados na prática da pesquisa-ação (THIOLLENT, 1986), bem como na perspectiva da formação humana. Nesse sentido, no que tange aos aspectos organizativos, reuniões periódicas são realizadas com membros dos movimentos sociais envolvidos visando à interação, aos esclarecimentos e à exposição do plano de trabalho. A equipe estabeleceu um cronograma de reuniões periódicas com a participação de todos os membros envolvidos de forma a: elaborar os roteiros de discussão sobre a temática abordada pelo filme/documentário; definir a dinâmica a ser desenvolvida junto ao público alvo, visando à transferência de conhecimento e formação crítica; avaliar o debate e a dinâmica após a exibição do filme; elaborar e planejar os minicursos e as oficinas; ministrar os minicursos e as oficinas; elaborar ações a serem desenvolvidas no sentido de avaliar continuamente o projeto e implementar correções.

O desenvolvimento do trabalho com os movimentos sociais envolvidos está organizado em “Módulos Temáticos”, sendo cada módulo composto por sessões de cinema e debates sobre os filmes, minicursos e oficinas. A primeira temática: “Reestruturação Produtiva e Mundo do Trabalho” foi desenvolvida no primeiro semestre de 2009 a partir do filme “Ou tudo ou nada” (Inglaterra, 1998). Nesse momento discutimos fundamentalmente a reestruturação produtiva do capitalismo e implicações para o trabalho, tais como: terceirização, flexibilização, emprego do trabalho feminino e temporário, bem como os elementos da crise do sindicalismo. Os movimentos mais envolvidos nessa discussão foram os sindicatos do fumo e dos professores da rede pública.

Em função da presença significativa de movimentos especificamente rurais ligados à defesa da reforma agrária, a temática que foi desenvolvida no segundo semestre de 2009 procurou discutir a questão agrária no Brasil e a organização dos movimentos sociais de luta pela terra. Foram escolhidos dois documentários de curta duração, quais sejam: Guariba (1984) e Bagaço (2006).

As atividades ocorrem nas sedes das organizações envolvidas e também na própria universidade. Cada sessão de cinema conta com uma breve exposição da sinopse do filme/documentário, apresentando o tema e a linguagem filmica. Dessa forma, a linguagem cinematográfica, além de promover o entretenimento, torna-se um instrumento didático aprimoramento das capacidades cognitivas do público envolvido. Em seguida há a exibição do filme. Após a sessão, é composta uma mesa de debates formada por membros da equipe do projeto; seguindo-se à exposição dos especialistas da mesa, é promovido um debate com o público.

Os minicursos e as oficinas partem da análise filmica para a discussão das temáticas, sendo utilizadas as seguintes dinâmicas:

- Análise em conjunto (reexibição das cenas mais importantes do ponto de vista do público e posterior análise);

- Análise globalizante (debate a respeito de aspectos positivos e negativos do filme, ideias principais transmitidas pelo mesmo e o que os alunos mudariam nele);
- Leitura concentrada (reexibição de uma ou duas cenas marcantes do filme e discussão do que a respeito do que mais atrai a atenção em tais cenas, o que elas têm a dizer, quais as suas implicações e consequências);
- Análise funcional (antes da exibição do filme, devem-se passar tarefas para o público, de forma que as realizem enquanto ocorre a exibição; após a exibição, cada um expõe seus resultados e inicia-se um debate a respeito das informações adquiridas);
- Análise de linguagem (questiona-se o público a respeito de que história foi contada, como ela foi contada, quais as ideias que ela transmite e suas ideologias).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até o presente momento a equipe, composta de estudantes e professores, está avaliando positivamente o trabalho desenvolvido. As maiores dificuldades estão sendo encontradas nos movimentos/organizações rurais em função da heterogeneidade de trabalhadores (assentados, acampados e trabalhadores rurais temporários), de idade e de escolaridade diferenciadas (muitos são analfabetos). Há dificuldades em atingir nesse processo educacional as mulheres, que, normalmente, ficam com as crianças durante as discussões.

É interessante ressaltar que há a presença de um discurso radical de esquerda, permeado por palavras de ordem contra o Estado e contra a sociedade burguesa entre as mulheres do movimento. No entanto, não encontramos questionamentos acerca da divisão social do trabalho no campo. Estamos assim, viabilizando estratégias que possibilitem a discussão com a presença das mulheres e temáticas ligadas à problematização das relações de gênero.

Devemos ainda enfatizar que os estudantes têm participado ativamente das atividades, contribuindo para com a sua formação ampliada, primada pelo rigor científico e pela atuação crítica e cidadã na comunidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. BAUTISTA, R. L (Org.) **Trabalho e Educação: contradições do capitalismo global**. Maringá: Práxis. 2006.

ALVES, G. **O novo e precário mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo. 2000.

ALVES, M. P.;TAVARES, M. A. A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia ou precarização. In: ANTURES, R. (Org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 425-446.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

DAGNINO, E. Citizenship in Latin America: an introduction. **Latin American Perspectives**. v. 30, n. 2, mar. 2003.

DUARTE, R. A. **Cinema e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

GALVÃO A. O movimento sindical frente ao Governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos, **Outubro**, São Paulo, n. 14, p. 131-150, 2006.

GANDOLFI, M. R. C. **Uma análise sobre o emprego formal no município de Uberlândia, Minas Gerais**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2001.

HOLSTON, J; CALDEIRA, T. “Democracy, law, and violence: disjunctions of Brazilian citizenship”. In AGÜERO, F.; STARK, J. (Org.). **Fault Lines of Democracy in Post-transition Latin America**. Florida: North-South Center Press, pp. 263-296, 1998.

MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In: MORAN, J. M. et al. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papyrus, 2000.

RODRIGUES, N. Adeus meninos: um discurso contra o esquecimento. In: TEIXEIRA, I. A. C e LOPES, J. S. (Org). **A escola vai ao cinema**. Belo Horizonte: Autêntica. 2003.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n.25, p.26-37, jun. 1994.

SOARES, L. T. Desigualdade social e pobreza no Brasil no contexto Latino-Americano: transição ou retrocesso. In: Seminário “A Questão Social em 500 anos”, 2000, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000 (mimeo).

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Autores Associados: Cortez. 1986.

Submetido em 15 de março de 2010

Aprovado em 31 de março de 2010